PENTÁGONO

EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S.A.

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

PENTÁGONO

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S.A. ("Emissão"), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S.A.
- CNPJ/MF: 06.626.253/0001-51
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Mário Henrique Alves de Queirós
- Atividades: (i) o comércio varejista e atacadista de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, em suas embalagens originais, que funcionará em dependências separadas por balcões ou divisórias das demais seções de produtos que não se enquadram no seu conceito legal, sendo essa atividade designada "Drogaria"; (ii) a manipulação de fórmulas de medicamentos, inclusive homeopáticos, cosméticos e produtos afins, em laboratórios específicos, sendo essa atividade designada "Farmácia"; (iii) o comércio varejista e atacadista, mediante auto-serviço ou não, de produtos de beleza, perfumaria, higiene pessoal, produtos para regimes especiais de alimentação, dietéticos e naturais, produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, produtos agrícolas e veterinários, aparelhos, equipamentos e máquinas de uso doméstico e odonto-médico-hospitalares e laboratoriais, inclusive ortopédicos e para a correção de defeitos físicos, materiais fotográficos e cinematográficos, inclusive máquinas e equipamentos, livros, revistas, jornais, material escolar, artigos de vestuário e seus acessórios, produtos alimentícios em geral, calçados, brinquedos, artigos de copa, mesa e cozinha e recreativos, podendo funcionar em qualquer período do dia e da noite, inclusive domingos e feriados, em dependências separadas por balcões ou divisórias, sendo essa atividade designada "Drugstore"; (iv) serviços de entregas domiciliares de produtos de seu comércio, denominado "Telemed Pague Menos"; (v) importação e exportação de artigos de sua atividade comercial; (vi) prestação de serviços de interesse comunitário de recebimento de anúncios classificados, recebimento de contas de água, luz e telefone e outros, venda de vale-transporte e ingressos para eventos culturais e esportivos, recebimentos de contas diversas, mediante convênios, serviços estes que serão prestados nos caixas das lojas, na parte de frente, de cada estabelecimento, em locais isolados das Drogarias; (vii) prestação de serviços de revelação de fotografias em laboratórios especialmente instalados nos estabelecimentos, em locais

adequados e separados, para as máquinas de foto acabamento; (viii) representação por conta própria e de terceiros; (ix) administração de Cartões visando à fidelização dos clientes; (x) gerenciamento, por conta própria ou de terceiros de carteira de contas a receber e fluxo de caixa de quaisquer entidades públicas ou privadas; (xi) operação como correspondente bancário em unidades próprias ou de terceiros, na forma comodisciplinada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, com base nas orientações de todos os demais órgãos reguladores; (xii) operação de central de compras para adquirir e transferir para as filiais drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, em suas embalagens originais, produtos de beleza, perfumaria, higiene pessoal produtos para regimes especiais de alimentação, dietéticos e naturais, produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, produtos agrícolas e veterinários, aparelhos, equipamentos e máquinas de uso doméstico e odonto-médico-hospitalares e laboratoriais, inclusive ortopédicos e para correção de defeitos físicos, materiais fotográficos e cinematográficos, inclusive máquinas e equipamentos, livros, revistas, jornais, material escolar, artigos do vestuário e seus acessórios, produtos alimentícios em geral, calçados, brinquedos, artigos de copa, mesa e cozinha e recreativos; e (xiii) participação no capital de outras sociedades.

Características da Emissão

- Emissão: 1ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 18/05/2012
- Data de Vencimento: 18/05/2016
- Banco Escriturador: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Banco Mandatário: Itaú Unibanco S.A.
- Código Cetip/ISIN: PGMN11/ BRPGMNDBS000
- Coordenador Líder: BB - Banco de Investimento S.A.

- Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados a (i) alongamento do atual endividamento da Emissora, composto, inclusive, por operações de capital de giro junto à determinadas instituições financeiras; e (ii) capital de giro, sendo que, para todos os fins, tanto os itens (i) e (ii) sempre inseridos dentro do curso normal dos negócios da Emissora.

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

   A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

   Não houve alterações estatutárias no período.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

  - ➔ Atividade Principal: 47.71-7-01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas;
  - ➔ Situação da Empresa: ativa;
  - ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
  - ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- ➔ Liquidez Geral: de 1,20 em 2015 para 1,14 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 1,69 em 2015 para 1,25 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 0,96 em 2015 para 0,46 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 1,53 em 2015 para 2,00 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 47,1% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve redução de 10,8% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 38,0% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 61,9% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 3,4% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado: (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 1,19% a.a
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

<u>Amortização:</u>
18/05/2016 – R$ 1.666,700000 (vencimento)

<u>Juros:</u>
18/05/2016 – R$ 122,406959

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 0
Quantidade em tesouraria: 0
Quantidade total emitida: 26.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar os índices financeiros previstos no item 7.1, alínea "xxiii" da Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) Fiança; e (ii) cessão fiduciária de recebíveis, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permaneceu(ram) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

(i) Denominação da companhia ofertante: **EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S.A.**

- Emissão: 2ª.
- Valor da emissão: R$ 100.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 10.000;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional real e fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 18/12/2017;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança presta pelo Sr. Francisco Deusmar de Queirós e pelo Sr. Josué Ubiranilson Alves; (ii) cessão fiduciária do fluxo de recebíveis decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões de débito e crédito da bandeira VISA devidos por clientes, de titularidade da Empreendimentos Pague Menos S.A.; e (iii) cessão fiduciária de todos os direitos sobre o saldo depositado na conta corrente de titularidade da Empreendimentos Pague Menos S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) <u>Pagamentos:</u>

<u>Amortização:</u>

20/06/2016 – R$ 1.666,660000
19/12/2016 – R$ 1.666,660000

<u>Juros:</u>

20/06/2016 – R$ 489,911886

19/12/2016 – R$ 371,104029

Recompra:
23/08/2016 – R$ 5.133,281278

(ii) Denominação da companhia ofertante: **EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S.A.**

- Emissão: 3ª.
- Valor da emissão: R$ 114.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 11.400;
- Espécie: quirografária, com garantia adicional real e fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: 08/12/2018;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) fiança presta pelo Sr. Francisco Deusmar de Queirós e pelo Sr. Josué Ubiranilson Alves; (ii) cessão fiduciária do fluxo de recebíveis decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões de débito e crédito da bandeira VISA devidos por clientes, de titularidade da Empreendimentos Pague Menos S.A.; e (iii) cessão fiduciária de todos os direitos sobre o saldo depositado na conta corrente de titularidade da Empreendimentos Pague Menos S.A., nº 7265-6, mantida na Agência nº 1604-7 do Banco do Brasil S.A.;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:
08/06/2016 – R$ 1.666,660000
08/12/2016 – R$ 1.666,660000

Juros:
08/06/2016 – R$ 750,543510
08/12/2016 – R$ 638,090577

Recompra:
23/08/2016 – R$ 8.600,1209380

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário: (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontrou, durante a vigência das debêntures desta Emissão, plenamente apta no exercício da sua função de Agente Fiduciário.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

PENTÁGONO

Anexo 1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	2.774.325	3.022.053	2.234.853
1.01	Ativo Circulante	2.035.800	2.428.079	1.870.035
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	144.152	296.744	288.996
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	2.977	1.803
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	2.977	1.803
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	2.977	1.803
1.01.03	Contas a Receber	514.768	445.543	533.852
1.01.03.01	Clientes	427.158	339.015	219.875
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes - Cartões de créditos	386.192	308.818	193.722
1.01.03.01.02	Convenios a Receber	28.006	28.465	25.081
1.01.03.01.03	Comissões a Receber	1.330	1.732	1.072
1.01.03.01.04	Programa de Benefícios de Medicamentos - PBM	17.795	0	0
1.01.03.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-6.165	0	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	87.610	106.528	313.977
1.01.03.02.02	Despesas antecipadas	0	1.563	900
1.01.03.02.03	Acordos Comerciais	0	77.396	296.150
1.01.03.02.04	Adiantamentos a terceiros	0	18.917	8.767
1.01.03.02.05	Outras	0	8.652	8.160
1.01.04	Estoques	1.294.054	1.057.322	922.354
1.01.06	Tributos a Recuperar	64.586	62.120	31.347
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	64.586	62.120	31.347
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18.240	563.373	91.683
1.01.08.03	Outros	18.240	563.373	91.683
1.01.08.03.01	Arrecadação de Recursos de Terceiros	0	9.482	8.891
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	0	0	60.037
1.01.08.03.06	Outros Créditos - Alienação de Participação Societária	0	440.084	0
1.01.08.03.07	Operações com Derivativos	18.240	113.807	22.755
1.02	Ativo Não Circulante	738.525	593.974	364.818
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	109.060	135.304	44.190

PENTÁGONO

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.01.06	Tributos Diferidos	75.069	0	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	75.069	0	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	33.991	135.304	44.190
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	24.144	4.375	5.656
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	7.627	16.112	9.508
1.02.01.09.05	Outros Créditos	0	474	474
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	2.220	113.904	28.140
1.02.01.09.07	Despesas antecipadas	0	439	412
1.02.02	Investimentos	102.338	90.000	0
1.02.02.01	Participações Societárias	91.923	90.000	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	91.923	90.000	0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	10.415	0	0
1.02.02.02.01	Aplicações Financeiras	10.415	0	0
1.02.03	Imobilizado	498.565	353.451	305.413
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	498.565	353.451	305.413
1.02.04	Intangível	28.562	15.219	15.215
1.02.04.01	Intangíveis	28.562	15.219	15.215

PENTÁGONO

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	2.774.325	3.022.053	2.234.853
2.01	Passivo Circulante	1.627.638	1.433.636	1.165.006
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	78.239	59.642	56.370
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	78.239	59.642	56.370
2.01.01.02.01	Salários e Férias a Pagar	78.239	59.642	56.370
2.01.02	Fornecedores	996.912	705.779	641.785
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	996.912	705.779	641.785
2.01.03	Obrigações Fiscais	77.720	62.218	50.736
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.669	24.390	19.561
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	43.719	37.074	30.708
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.332	754	467
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	418.065	562.960	374.452
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	347.001	447.047	255.954
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	347.001	447.047	255.954
2.01.04.02	Debêntures	65.002	115.913	118.498
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	6.062	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	56.702	43.037	41.663
2.01.05.02	Outros	56.702	43.037	41.663
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	3.967	7.756
2.01.05.02.04	Arrecadação de Recursos de Terceiros	27.976	19.562	24.663
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	5.061	4.022	2.830
2.01.05.02.09	Aluguéis a pagar	23.665	15.486	6.414
2.02	Passivo Não Circulante	268.858	705.427	605.749
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	237.922	684.518	598.520
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	185.457	576.305	373.621
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	185.457	576.305	373.621
2.02.01.02	Debêntures	34.277	108.213	224.899
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	18.188	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	24.077	6.660	0

PENTÁGONO

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.02.02	Outros	24.077	6.660	0
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições a recolher	24.077	6.660	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	11.487	3.599
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	11.487	3.599
2.02.04	Provisões	6.859	2.762	3.630
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.859	2.762	3.630
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	6.859	2.762	3.630
2.03	Patrimônio Líquido	877.829	882.990	464.098
2.03.01	Capital Social Realizado	382.727	382.727	340.000
2.03.02	Reservas de Capital	390.156	397.357	0
2.03.04	Reservas de Lucros	104.946	102.860	123.969
2.03.04.01	Reserva Legal	30.919	28.833	27.286
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	74.027	74.027	72.008
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	24.675
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	46	129

PENTÁGONO

Anexo 2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.542.343	4.630.548	4.081.834
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.866.626	-3.182.144	-2.746.423
3.03	Resultado Bruto	1.675.717	1.448.404	1.335.411
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.526.244	-1.231.541	-1.068.961
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.325.719	-1.092.554	-961.444
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-199.344	-140.780	-110.384
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10.319	3.180	4.981
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13.423	-1.387	-2.114
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.923	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	149.473	216.863	266.450
3.06	Resultado Financeiro	-156.911	-181.446	-138.243
3.06.01	Receitas Financeiras	515.593	441.938	118.191
3.06.02	Despesas Financeiras	-672.504	-623.384	-256.434
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.438	35.417	128.207
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	49.157	-4.478	-11.908
3.08.01	Corrente	-37.399	0	-1.466
3.08.02	Diferido	86.556	-4.478	-10.442
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	41.719	30.939	116.299
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	41.719	30.939	116.299
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	PN	0,12000	0,10000	0,39000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,12000	0,10000	0,39000

Anexo 3

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos

Administradores e Acionistas da

Empreendimentos Pague Menos S.A.

Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empreendimentos Pague Menos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Controles internos e controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia, impactada pelo seu elevado número de transações e dispersão geográfica, utiliza-se de uma complexa estrutura de controles internos, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. Desta forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve diversas lojas em todos os estados da federação e quatro centros de distribuição, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância da estrutura de controle interno para a Companhia, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em tecnologia da informação para nos auxiliar na análise dos controles relacionados aos ambientes dos sistemas de informação, assim como os controles manuais, dependentes de sistema e automatizados e que afetam toda a estrutura de negócios da Companhia. Adicionalmente, efetuamos procedimentos de testes para controles adicionais compensatórios quando da identificação de inconsistências em relação aos controles gerais de tecnologia testados e avaliamos a integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos.

Reconhecimento da receita de bonificação de fornecedores

As bonificações de fornecedores e as contribuições promocionais são práticas comerciais regulares no setor de varejo. A Companhia recebe vários tipos de bonificações, e esses subsídios são um componente significativo no custo das mercadorias vendidas.

Consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria em virtude dos volumes envolvidos, do reconhecimento do benefício e seu consequente registro em contas a receber requererem julgamentos por parte da Administração da Companhia sobre a natureza e o cumprimento das obrigações descritas nos acordos comerciais com fornecedores e das estimativas para apurar os valores a serem reconhecidos e o período durante o qual o resultado dos acordos deve ser reconhecido no custo das mercadorias vendidas.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre a contabilização das bonificações, análise sobre a existência e exatidão dos dados oriundos dos acordos comerciais reconhecidos no sistema de contabilidade, avaliando as premissas estabelecidas pela Companhia para a determinação das bonificações e subsídios a receber de fornecedores através de discussões com a Administração e execução dos seguintes procedimentos específicos:

i) para uma amostra de transações de bonificação, confrontamos os montantes registrados com os respectivos acordos comercais com os fornecedores e efetuamos o recálculo do resultado esperado com acordos comerciais;

ii) Testamos o período de competência do reconhecimento do resultado com acordos comerciais e as condições de desempenho associadas;

iii) para avaliar a confiabilidade das estimativas da Administração, realizamos uma revisão do recebimento subsequente das bonificações a receber registrados. Adicionalmente, examinamos se a Companhia havia cumprido ou possuía grande capacidade de cumprir determinados dados do acordo comercial antes de registrar as contas a receber.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações contábeis da Empreendimentos Pague Menos S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 24 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 30 de março de 2017

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP015199/F-6

Carlos Santos Mota Filho

Contador CRC – PE 020.728/O-7-T-CE